









A APRENDIZAGEM NO NÚCLEO DE URBANISMO: O CASO DA MOBILIDADE URBANA DA CIDADE DE SÃO PAULO.

CARVALHO, Tawanna Adrielly Fernandes.¹
GARBIN, Marinna Nogaroli.²
QUEIROZ, Juliana Fernanda.³
DIAS, Solange Irene Smolarek.⁴

RESUMO

Apresenta-se relato da aprendizagem ocorrida em disciplina integrante do Núcleo de Urbanismo, cursada no Curso de Arquitetura e Urbanismo da FAG no primeiro semestre de 2021. Tal Núcleo abarca disciplinas componentes da matriz curricular do curso. Relata-se a aprendizagem ocorrida no estudo de caso com enfoque na mobilidade urbana da cidade de São Paulo. Conclui-se que a aprendizagem auxiliou por meios bibliográficos e objetivos discorridos, em assuntos abordados em sala de aula, contendo um melhor conhecimento acadêmico, e contribuindo para com informações do mesmo.

PALAVRAS-CHAVE: Urbanismo, Planejamento Municipal, CAUFAG.

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo científico relata a aprendizagem ocorrida no semestre letivo de 2021.1, no Curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Fundação Assis Gurgacz – CAUFAG.

As autoras são alunas de disciplina do Núcleo de Urbanismo, e as aprendizagens ocorreram na disciplina de Urbanismo: Planejamento Estratégico Municipal.

A referida disciplina foi ministrada no 7º período no Curso Integral, tendo como professora a arquiteta e urbanista Solange Irene Smolarek Dias, orientadora da presente publicação.

O objetivo do presente artigo científico foi o de relatar as aprendizagens ocorridas no estudo de caso da mobilidade urbana da cidade de São Paulo, ocorrida em estudo mais amplo, que abordou o estudo da Legislação Urbana da cidade de São Paulo/SP.

¹Aluna de disciplina do Núcleo de Urbanismo no Curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário FAG. E-mail: tawanna adrielly@hotmail.com

²Aluna de disciplina do Núcleo de Urbanismo no Curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário FAG. E-mail: marinnagarbin@outlook.com

³Aluna de disciplina do Núcleo de Urbanismo no Curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário FAG. E-mail: julianafqueiroz_@outlook.com

⁴Professora de disciplina do Núcleo de Urbanismo no Curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário FAG. E-mail: solange@minha.fag.edu.br











2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O Curso de arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário FAG – CAUFAG possui, como norteador, o Projeto Pedagógico elaborado em 2019 (CAUFAG, 2019). De acordo com tal documento:

Com a finalidade de atingir o perfil do egresso desejado, as práticas de ensino das áreas teóricas, técnicas, práticas de projeto e estágio nas unidades curriculares do curso, estão direcionadas para um acompanhamento constante da evolução do conhecimento, das práticas profissionais e do mercado de trabalho. O curso trabalha a importância do atendimento das necessidades e aspirações sociais, culturais, estéticas e econômicas dos indivíduos, grupos, empresas e da comunidade, acentuando o compromisso ético do profissional da Arquitetura e Urbanismo na execução de seu trabalho para atender o seu compromisso com a sociedade a que serve. (CAUFAG, 2019, p.184).

No CAUFAG existe o Núcleo de Urbanismo que, de acordo com o Projeto Pedagógico do curso é composto pelas disciplinas:

Núcleo de Urbanismo: Assentamentos Humanos: da Antiguidade ao Habitat III, Urbanismo: Teorias da Urbanização, Urbanismo: Legislação Urbana e Estatuto da Cidade, Urbanismo: Desenho Urbano e Infraestrutura Urbana, Urbanismo: Planejamento Estratégico Municipal, Urbanismo: Planejamento Regional e Estatuto da Metrópole e Projeto de Urbanismo, Arquitetura e Paisagismo: Masterplan em Expressão Conceitual; (CAUFAG, 2019, p. 63-64).

3. METODOLOGIA

Foi utilizado no ensino e na aprendizagem da disciplina Urbanismo: Planejamento Estratégico Municipal, integrante do Núcleo de Urbanismo, o Método de Aprendizagem Cooperativa. "A aprendizagem cooperativa é uma metodologia com a qual os alunos se ajudam no processo de aprendizagem, atuando como parceiros entre si e com o professor, visando adquirir conhecimentos sobre um dado objeto". (Lopes, Silva, 2009, p.4).

A parceria entre os alunos ocorreu durante as assessorias das aulas da disciplina, com o professor da mesma.











4. ANÁLISES E DISCUSSÕES

Parece impossível determinar de fato quem foi o primeiro europeu a pisar na costa paulista, cujos nomes sobreviveram pelos méritos excepcionais de civilizações e povoações. Por volta de 1515, na região do Piratininga, João Ramalho desfrutou da ocupação em terras brasileiras, não se sabe o porquê nem como isso aconteceu. Em 1932 a primeira povoação estável do Brasil, foi determinada pela fundação oficial na expedição de Martim Afonso de Sousa. Em 1536 as primeiras edificações de Santos foram construídas por Brás Cubas, o mesmo fundou o primeiro hospital no Brasil em 1543 (TAUNAY, 2004).

A capital de São Paulo foi fundada em 1554 e destacou-se no cenário nacional, o estado prosperou e a capital da província passou por uma evolução urbanística e cultural, transformando-se no maior parque industrial do país por sua indústria automobilística (SÃO PAULO, 2021). Considerada como a cidade mais populosa do Brasil, São Paulo ultrapassa os 12 milhões de habitantes, embora tenha um frenético e intenso ambiente de transito diariamente (PEREIRA, 2018).

A mobilidade urbana constitui-se de um tema fundamental no desenvolvimento urbano e na qualidade de vida da população, devida às circunstâncias de deslocamento das pessoas nos centros urbanos, gerando um extenso impacto na sociedade, desta maneira conduzindo externalidades negativas (COSTA, 2016).

A mobilidade urbana estabelece uma das maiores problemáticas enfrentadas nos amplos centros urbanos, tanto no aspecto da produtividade econômica quanto da garantia de vida dos cidadãos. Em 2012 foi concebida a Lei Federal nº 12.587, cujos princípios estabeleceram os objetivos das diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana, dispondo de normas gerais a serem aplicadas no planejamento das cidades (PIRES, PIRES, 2016).

Segundo Costa (2016), no Estatuto da Cidade os principais instrumentos estabelecidos, favorecem ao aproveitamento do solo compatível com a infraestrutura urbana, dessa forma resultando em sistemas de mobilidade aptos para a eficiência e a sustentabilidade. As políticas de mobilidade estabelecem a responsabilidade dos municípios, na gestão de transportes coletivos, sistema de circulação e sistema viário, instituindo nas diretrizes da política de desenvolvimento urbano.











Ainda: a obrigação em buscar um sistema de mobilidade mais progressista, do ponto de vista social, é dos dirigentes públicos. Com a tendência dos investimentos da indústria automobilística, o Brasil vem passando por uma fase com o aumento do transporte individual motorizado, desta maneira a capacidade de produção dos automóveis se triplicou nos últimos anos (CARVALHO, PEREIRA, 2011).

De acordo com o Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo, a Lei nº 16.050 de 31 de julho de 2014, revigora um amplo conjunto de diretrizes e estratégicas para a transformação da cidade, causando um grande impacto na vida das pessoas no cotidiano.

De acordo com site municipal (São Paulo, 2015) o Plano Diretor, no que diz respeito a ampliação e qualificação do sistema de transporte público coletivo, viabiliza estratégicas conforme segue:

- Destinação de verba no Fundo de Desenvolvimento Urbano (FUNDUBR) para destinação mínima de 30% dos recursos;
- 2. Definição de calçadas largas nas proximidades dos eixos de transporte;
- 3. Definição de diretrizes e prazo para a elaboração participativa do Plano contemplando as condições existentes;
- 4. O reconhecimento de novos componentes do Sistema de Mobilidade para a estruturação articulada e eficiente nos deslocamentos, como a logística, cargas, hidroviário e automóveis.

De forma participativa (São Paulo, 2015), o Plano deve ser elaborado para orientar a política de mobilidade. A partir da análise e condições de acessibilidade existentes, são concebidas as ações para ampliação e aprimoramento.

Segundo a cartilha de estratégicas ilustradas do PDE (São Paulo, 2015) pode-se observar na imagem 01 as ampliações concebidas:

- 1. como o sistema viário com vias estruturais e vias não estruturais;
- 2. a logística com vias, ciclovias, e ferrovias segregadas;
- 3. a infraestrutura aeroviária com helipontos, heliportos, aeródromos e aeroportos;
- 4. o sistema hidroviário com rios, represas, lagos, barragens, portos e orlas;
- 5. o transporte público com estações e pontos terminais;
- 6. o cicloviário com ciclovias, ciclofaixas, ciclorrotas e bicicletários;
- 7. o pedestre com as calçadas, calçadões, faixas e lombofaixas e sinalização.

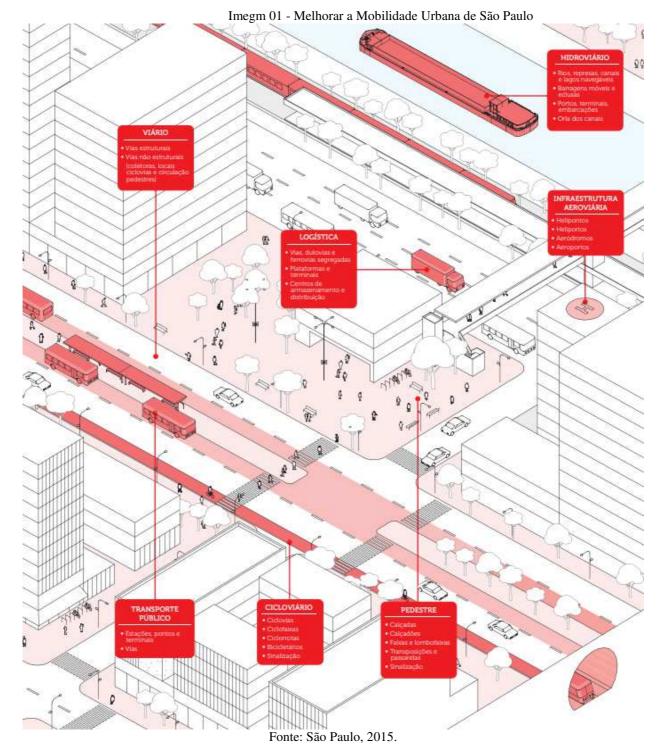












Reunindo as informações apresentadas, percebe-se o quão importante é a mobilidade urbana nas cidades. No caso de São Paulo/SP, nota-se seu desenvolvimento constante em proporcionar a construção de uma cidade mais equilibrada, prudente e sustentável aos cidadãos.











Estimulando as variações evolutivas, sempre haverão ajustes de acordo com o crescimento das cidades. No caso de São Paulo, por ser uma cidade que encontra-se em constante desenvolvimento, esses ajustes são oportunizados em seu Plano de Mobilidade.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo parte das bases teóricas ensinadas e aprendidas no decorrer do Curso de Arquitetura e Urbanismo. A partir do tema escolhido objetivou-se o levantamento de alguns fundamentos, no estudo do caso da mobilidade urbana da cidade de São Paulo, coletando informações de importância para a elaboração da pesquisa.

A pesquisa direciona-se para análises e discussões com uma breve história da cidade de São Paulo/SP, breve contexto em mobilidade urbana, e com enfoque principal no estudo de caso da mobilidade urbana de São Paulo. Por fim é aprofundado o assunto nas principais maneiras de organizar uma pertinente mobilidade urbana.

Foram discorridos assuntos abordados em sala de aula, onde foi possível abranger o conhecimento acadêmico e, através da presente publicação passar tais conhecimentos adiante, como profissionais arquitetas e urbanistas.

A aprendizagem em sala de aula foi fundamental para que isso fosse possível.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, C. H. R.; PEREIRA, R. H. M. **Efeitos da variação da tarifa e da renda da população sobre a demanda de transporte público coletivo urbano no Brasil**. Brasília: Ipea, 2011. (Texto para Discussão, n. 1595). Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1595.pdf.

CAUFAG. Curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Fundação Asis Gurgacz. **Projeto Pedagógico**. Cascavel: FAG, 2019 . Disponível em:

 $\frac{https://www2.fag.edu.br/professores/arquiteturaeurbanismo/PPC/PPC\%202019\%20CAUFAG\%20-\%2025.07.2019.pdf.}{Acesso~em~02~jun~2021.}$

COSTA, Marco Aurélio (org.). **O Estatuto da Cidade e a Habitat III**: um balanço de quinze anos da política urbana no Brasil e a Nova Agenda Urbana. Brasília: Ipea, 2016.

LOPES, José; SILVA, Helena Santos. **Aprendizagem Cooperativa na Sala de Aula**: Um Guia Prático para o Professor. Lisboa, Portugal: Lidel, 2009.











PEREIRA. Matheus. **Subterrâneos que resguardam parte da história de São Paulo**. 2018. Disponível em: https://www.archdaily.com.br/br/886694/subterraneos-que-resguardam-parte-da-historia-de-sao-paulo. Acesso em: 08 jun. 2021.

PIRES, A. C. M.; PIRES, L. R. G. M (orgs.). **Mobilidade Urbana**: desafios e sustentabilidade. 1.ed. São Paulo: Ponto e Linha, 2016.

SÃO PAULO. **Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo**: Lei nº 16.050, de 31 de julho de 2014: Estratégias ilustradas. São Paulo: Áporo, 2015

_____. **História**. 2021. Disponível em: https://www.saopaulo.sp.gov.br/conhecasp/historia/. Acesso em: 08 jun. 2021.

TAUNAY, Affonso de E. História da cidade de São Paulo. v. 23. Brasília: Senado Federal, 2004.